

Nossa proposta é discutir a Educação num contexto popular.

Educação que deve ser entendida como uma obrigação do Estado. Mas que deve ter qualidade.

Até antes da ditadura militar de 64, o ensino público sempre funcionou. A escola particular servia somente para aqueles que não conseguiam acompanhar o curso da escola pública. E quem terminasse sua formação, seguramente poderia ingressar numa universidade também pública.

Infelizmente, hoje isso mudou: somente quem estudou em boas escolas fundamentais e de ensino médio, em sua imensa maioria todas pagas, consegue ingressar numa universidade pública, numa total inversão de valores.

E a universidade segue esse padrão elitista. Não tem mais o caráter de UNIVERSALIDADE; apenas, quer formar “bons profissionais” para perpetuar a exclusão das classes operárias do poder. E, como a universidade é pública, bancada com o dinheiro de toda a sociedade, principalmente das classes mais excluídas, que é a que mais paga imposto no Brasil – imposto esse embutido nos preços e produtos que consome – podemos dizer que o operário é quem banca o estudo daquele que vai lhe explorar, defendendo e perpetuando o sistema capitalista.

Sabemos, por outro lado, que a educação não era um direito de todos. As taxas de analfabetismo no país eram gritantes; todos nós, principalmente os mais velhos, temos em nossa família, ou conhecemos alguém, que nunca se alfabetizou.

Com a Constituição de 88, tivemos a busca da universalização do ensino, com uma divisão básica das competências entre os entes federativos – grosso modo, a pré-escola, o ensino básico e fundamental ficaria por conta dos municípios, o de nível médio por conta dos estados e o superior, por conta do governo federal, ressalvadas as universidades estaduais já existentes, mas que têm orçamento próprio e contam com verba da união para sua gestão.

O que vimos, todavia, foi o sucateamento do ensino, principalmente no estado de São Paulo, que não valoriza os professores, pagando baixos salários, e não incentiva os alunos a pensar.

Isso aumenta cada vez mais a exclusão social, o que interessa às classes dominantes para sua perpetuação no poder.

Para romper com esse paradigma, há que ser revolucionado o sistema de ensino hoje vigente.

Políticas públicas são necessárias. A criação de cotas para cidadãos de baixa renda e afrodescendentes tem que ser mantida e ampliada.

E experiências que “fogem” do padrão tradicional têm que ser discutidas e divulgadas.

Por esse motivo, propomos que sejam convidados ao debate representantes de algumas dessas escolas, tais como: Universidade Zumbi dos Palmares, Universidade Paulo Freire do MST; escolas de ensino fundamental do MST. Esses companheiros conseguiram romper vários paradigmas, mostrando que o ensino popular de qualidade pode e deve existir. Ele existe. Só não é difundido pela grande mídia – ao contrário, tem gente, por exemplo, que “denuncia” a Universidade do MST por “difundir ideias revolucionárias”, por “não ter embasamento acadêmico adequado”, dentre outras bobagens. Essas experiências, que já são uma realidade, nada mais são que a retomada das ideias de grandes pensadores populares, como Anísio Teixeira, que formulou, ainda no Estado Novo de Vargas, ideias até hoje avançadas, que foram colocadas em prática, por exemplo, por Darcy Ribeiro no governo Brizola no Rio de Janeiro, com os CIEPS (mas que infelizmente seu sucessor engavetou – hoje a história do Rio poderia ser muito diferente, se essa ideia tivesse sido levada adiante...) e que Marta Suplicy retomou em SP com os CEUS, que nem José Serra teve coragem de acabar, apesar de ter desvirtuado bastante a ideia inicial. Ou Paulo Freire, que teve seu método (que ele mesmo dizia que não era dele, mas apropriado do pensamento coletivo) difundido em vários países do mundo, até mais que no Brasil.

Acreditamos que esse debate, com essa qualificação, poderá fornecer a todos elementos para que se compreenda melhor a Educação num contexto popular.